



AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se ao Protocolo

Assembléia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado FLÁVIO NOGUEIRA

Rênia Dantas Eulálio Carvalho
Diretora Legislativa

INDICATIVO
PROJETO DE LEI Nº 01

LIDO NO EXEDIENTE
Em: 06/04/06

Dispõe sobre a criação da Escola de Saúde Pública do Piauí – ESP/PI, e dá outras providências.

APROVADO
Chefe do Núcleo de Redação de Atas

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a Escola de Saúde Pública do Piauí – ESP/PI, sob a forma de Autarquia, vinculada à Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

Art. 2º - A ESP/PI terá a finalidade de desenvolver atividades relacionadas a pesquisa, informação e documentação em saúde pública, educação continuada, formação e aperfeiçoamentos dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde do Estado.

Art. 3º - Para a consecução de suas finalidades, é facultada à ESP/PI desempenhar suas atividades mediante convênios, contratos e acordos de cooperação técnica, com entidades públicas, filantrópicas e privadas, estaduais, nacionais e internacionais.

Parágrafo único – O chefe do Poder Executivo adotará providências, através da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, para revisão de convênios, contratos e acordos de cooperação técnica na área da saúde, com o objetivo de adaptá-la aos fins desta Lei.

Orgão	Ass. Legislativa
Número	AL-809/06
Data	10.04.06
Assunto	Indicativo Proj
Matrícula	de Lei
Rubrica	
Assinatura	



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado FLÁVIO NOGUEIRA

Art. 4º - Os cargos de direção da ESP/PI, serão removidos dos quadros de outros órgãos ou Entidades da Administração Estadual, observado o regime jurídico.

Art. 5º - Integram a receita da ESP/PI:

- I – transferências consignadas nos orçamentos do Estado;
- II – créditos abertos em seu favor;
- III – recursos provenientes de convênios e contratos;
- IV – recursos de capital, inclusive de conversão em espécie de bens e direitos;
- V – doação e legados;
- VI – receitas operacionais;
- VII – recursos decorrentes de lei específica;
- VIII – recursos provenientes de fundos existentes ou a serem criados, destinados ao Sistema Único de Saúde do Estado do Piauí.

Parágrafo único – Todos os recursos financeiros destinados às ações de ensino e pesquisa, informação e documentação, no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado deverão ser carreados para a ESP/PI.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de R\$.....(), destinado atender as despesas iniciais com instalação, implantação e funcionamento da ESP/PI, no ano de 2006.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(P) e



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado FLÁVIO NOGUEIRA

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 06 / 04 / 06

FLÁVIO NOGUEIRA, Deputado Estadual, com assento nesta casa legislativa, vem, forma regimental, apresentar **INDICATIVO DE PROJETO DE LEI** que dispõe sobre a criação da ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA, pelos motivos abaixo a seguir:

JUSTIFICATIVA

A Escola de Saúde Pública do Piauí (ESP-PI) terá como objetivo desenvolver trabalhos de pesquisas e especialização nas áreas de saúde pública com o objetivo de formar profissionais críticos capazes de transformar a prática cotidiana.

Com atuação em todo o Estado a Escola atuará em todo o Estado e de forma descentralizada, com estratégia educacional que se adapta a realidade de cada localidade atendendo as necessidades de todas as regiões de nosso Estado com a formação de recursos humanos para áreas de prevenção e controle de riscos à saúde.

A ESP-PI tem a proposta pedagógica de aliar o ensino à prática de saúde, com momentos de concentração educacional e posterior dispersão as atividades, os profissionais que passarão pela Escola de Saúde Pública do Piauí voltam ao seu local de trabalho com maior capacidade de reflexão sobre sua atuação. Essa educação permanente garante a eficácia dos cursos e das ações da saúde com efeito de transformação da prática durante a realização da ação educacional. Em sua visão, a concretização do aprendizado se faz na troca das experiências, em que cada aluno participa ativamente da construção do saber.

Sala das Sessões, 28 de março de 2006.

Flávio Nogueira
FLAVIO NOGUEIRA
Deputado Estadual

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a Protocolo
[Assinatura]
Diretora Legislativa

Orgão	AL
Número	809/06
Data	10.04.06
Assunto	Reg.
Matrícula	
Subscrito	<i>Pernaro</i>
Matrícula	



Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA <i>Arb's</i>	FLS Nº 05
ANEXOS	NÚMERO 809/06

DIRETORIA LEGISLATIVA
JUNTADA

Publicação de matéria
de 03 laudas.
Em 10/04/06

Funcionário
João Domingos Alves Barbosa Júnior
Chefe do Setor de Publicação

IV DE APOIO LEGISLATIVO
Encaminhe-se à *Redação de*
Atas

Em 10/04/06

pl. Atas
Conceição de *Maria Pádua Sampaio*
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

Assembleia Legislativa
Encaminhe-se a
Em
Conceição de *Maria Leite Galvão*
Chefe do Núcleo Redação de *Atas*

Assembleia Legislativa
Encaminhe-se a *Comissões*
Técnicas
Em 11/abril/2006
pl. Atas
Conceição de *Maria Leite Galvão*
Chefe do Núcleo Redação de *Atas*

Assembleia Legislativa
Encaminhe-se a *Diretoria*
Legislativa
Em 04/maio/2006
pl. Atas
Conceição de *Maria Leite Galvão*
Chefe do Núcleo Redação de *Atas*

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se as *comissões*
Técnicas
pl. Atas
Rita Dantas Eulálio Carvalho
Diretora Legislativa

PROVIDENCIADO
05/05/06
comissões
Chefe do Grupo de Autógrafos

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a *Autógrafos*
pl. Atas
Rita Dantas Eulálio Carvalho
Diretora Legislativa

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a *Sec. Geral*
pl. Atas
Rita Dantas Eulálio Carvalho
Diretora Legislativa
08/05/06



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 17/09/06

Elbago

Conceição de Maria Lúcia Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão de Assessoria

Ao Deputado

Pece de Deus

para relatar

Em

14/12/2006

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça

Processo AL nº 809/06 – Indicativo Projeto de Lei nº 001/06 que “*Dispõe sobre a criação da Escola de Saúde Pública do Piauí – ESP/PI, e dá outras providências*”.

Regime de Tramitação: Ordinário

Autor: Deputado Flávio Nogueira

Relator: Deputado João de Deus (PT)

PARECER CCJ Nº /06

I - Relatório

Em cumprimento às previsões definidas nos arts. 34, I, "a", 141, I a III, e 144, III, do Regimento da Assembléia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o Processo AL nº 809/06 – Indicativo Projeto de Lei nº 001/06 que “*Dispõe sobre a criação da Escola de Saúde Pública do Piauí – ESP/PI, e dá outras providências*”, havendo o Presidente da Comissão designado o Deputado João de Deus (PT) para funcionar na Relatoria.

O referido Projeto de Lei satisfaz as exigências formais fixadas no ordenamento jurídico vigente e está redigido em conformidade com o ordenamento constitucional e infraconstitucional, satisfazendo os requisitos regimentais para sua apreciação. Não existem impedimentos de ordem constitucional, legal ou regimental, à sua normal tramitação e aprovação.

O seu texto satisfaz às exigências da boa técnica legislativa, em decorrência do uso preciso dos termos técnicos e, também, está redigido em boa linguagem. Entretanto, contém uma imprecisão de linguagem em seu art. 5º, IV, onde se lê “... *vens...*”, leia-se “... *bens*”, devendo ser aprimorado a redação do dispositivo especificado.

Eis o Relatório.

II - Voto do Relator

Após análise circunstanciada do Processo AL nº 809/06 – Indicativo Projeto de Lei nº 001/06 que “*Dispõe sobre a criação da Escola de Saúde Pública do Piauí – ESP/PI, e dá outras providências*”, submetido à apreciação desta Comissão Permanente, o deputado designado para funcionar na Relatoria **vota pela aprovação da matéria**, pelas razões apresentadas, desde que corrigida a imprecisão de linguagem existente no dispositivo legal que foi elencado no Relatório deste parecer.

A nova redação para o dispositivo elencado no Relatório é a seguinte:

Art. 5º

IV – recursos de capital, inclusive de conversão em espécie de bens e direitos;


III - Parecer da Comissão

A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

() pelo acatamento do Voto do Relator, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

() pela rejeição do Voto do Relator, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

Sala das Comissões Técnicas, em Teresina (PI), 02 de maio de 2006.


Deputado João de Deus
Relator

MEMBROS TITULARES

VOTO FAVORÁVEL VOTO CONTRÁRIO
AO DO RELATOR AO DO RELATOR

Dep. João Mádisson – Presidente

()

Dep. Leal Júnior - Vice-Presidente

()

Dep. Mauro Tapety

()

Dep. Rondalli Paulo

()

Dep. Irmão Elias

()

Dep. Hélio Isaias

()

MEMBROS SUPLENTES

()

()

RESOLUÇÃO A UNANIMIDADE
em, 03/05/06
Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça

Estado do Piauí

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

_____	()	()
_____	()	()
_____	()	()
_____	()	()



1

ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

INDICATIVO N.º 02 DE DE DE 2006.

Dispõe sobre a criação da Escola de Saúde Pública do Piauí – ESP/PI, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono o seguinte

Indicativo:

Art. 1º - Fica criada a Escola de Saúde Pública do Piauí – ESP/PI, sob a forma de Autarquia, vinculada à Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

Art. 2º - A ESP/PI terá a finalidade de desenvolver atividades relacionadas a pesquisa, informação e documentação em saúde pública, educação continuada, formação e aperfeiçoamentos dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde do Estado.

Art. 3º - Para a consecução de suas finalidades, é facultada à ESP/PI desempenhar suas atividades mediante convênios, contratos e acordos de cooperação técnica, com entidades públicas, filantrópicas e privadas, estaduais, nacionais e internacionais.

Parágrafo único - O chefe do Poder Executivo adotará providências, através da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, para revisão de convênios, contratos e acordos de cooperação técnica na área da saúde, com o objetivo de adaptá-la aos fins desta Lei.

Art. 4º - Os cargos de direção da ESP/PI, serão removidos dos quadros de outros órgãos ou Entidades da Administração Estadual, observado o regime jurídico.

Art. 5º - Integram a receita da ESP/PI:

I - transferências consignadas nos orçamentos do Estado;

II - créditos abertos em seu favor;

III - recursos provenientes de convênios e contratos;

IV - recursos de capital, inclusive de conversão em espécie de bens e direitos;

V - doação e legados;

VI - receitas operacionais;

VII - recursos decorrentes de lei específica;

VIII - recursos provenientes de fundos existentes ou a serem criados, destinados ao Sistema Único de Saúde do Estado do Piauí.

Parágrafo único - Todos os recursos financeiros destinados às ações de ensino e pesquisa, informação e documentação, no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado deverão ser carreados para a ESP/PI.



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

2

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de R\$......(), destinado atender as despesas iniciais com instalação, implantação e funcionamento da ESP/PI, no ano de 2006.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA em Teresina. (PI), 05 de maio de 2006.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente


Dep. **MORAES SOUSA FILHO**
1º Secretário


Dep. **FLÁVIO NOGUEIRA**
2º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 151

Teresina(PI), 08 de maio de 2006

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhá-lo, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Indicativo de Projeto de Lei de autoria do **Dep. Flávio Nogueira** que:

“Dispõe sobre a criação da Escola de Saúde Pública do Piauí – ESP/PI, e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.



Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

Secretaria Geral da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí
Av. Marechal Castelo Branco, 201 – CEP.: 64.000-810 – Fone: 221-4366
E-mail: secretariageral@alepi.gov.br

RECEBIDO
em: 10.05.06

AL-809/06